



Senado Federal
Concurso Público

CONSULTOR LEGISLATIVO

Assessoramento Legislativo

Provas Objetiva e Discursiva (Manhã)

Caderno Tipo 1 (Branco) – 04M1

Desporto e Cultura



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 a 15

Interregno hegemônico

A crise financeira de 2008, desencadeada pela crise do *subprime* em 2007, tem o seu foco nos EUA e na Europa. Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. É uma crise do próprio centro do sistema global de poder com todas as suas implicações. As suas consequências também deverão ser profundas e persistentes.

O que está em jogo é uma variedade de capitalismo e a globalização liberalizante que chegaram ao seu limite e a provável ascensão de um novo tipo de capitalismo e de globalização. A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. O mercado se transformou no princípio de organização da economia capitalista, em contraposição ao Estado-nação. Mas, se não fosse a massiva intervenção e o socorro prestado pelo Estado, o mercado financeiro desregulado teria adquirido um poder autodestrutivo tão grande que o sistema financeiro teria praticamente desaparecido. Por razões de sobrevivência do próprio capitalismo, o Estado-nação está retomando a sua função reguladora e controladora dos mercados num processo adaptativo.

A China aparece como um candidato natural para se tornar, gradualmente, o paradigma econômico dominante nas próximas décadas. Apresenta-se como um novo capitalismo de Estado, em substituição ao modelo da liberalização global. Se isso acontecer, o mercado livre será substituído pelo Estado-nacional como princípio dominante de organização e de controle das economias nacionais, e da nova fase da globalização. Em países em que a liberalização avançou excessivamente e em crise financeira, o Estado ampliará seu foco de regulação e controle sobre os mercados. Nos países onde o poder do Estado é o agente organizador e controlador da economia, como na China, o mercado, enquanto princípio organizador, deverá ser ampliado.

Esse processo adaptativo entre mercado e Estado será longo e complexo, pois a plutocracia financeira é ainda o poder hegemônico e resistirá

ao avanço da regulação. Mas, quanto maior for a resistência e quanto maior for o período de dominância do mercado livre, maior será a crise necessária para que o princípio adaptativo funcione.

Vamos viver nas próximas décadas um longo interregno, com o declínio dos Estados Unidos e Europa e ascensão da China e dos países emergentes. Tanto os Estados Unidos como a Europa terão que concentrar suas energias para recuperar e revitalizar suas economias, num contexto de crescente oposição e polarização política doméstica, abrindo espaço para a emergência de novos Estados-nacionais com atores políticos, a exemplo do G-20. Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. Nesse interregno hegemônico, será perfeitamente possível que conceitos como soberania, Estado-nação e nacionalismo venham adquirir força política e movimentem as massas, pois serão alimentados pelo crescente protecionismo, em pleno andamento, e pelo fato de o problema de desemprego ser sempre um problema nacional.

Há uma similaridade histórica com o que aconteceu depois da Grande Depressão de 1890 até o fim da Grande Depressão de 1929 a 1939; foi um longo interregno marcado pelo declínio da hegemonia global inglesa e a ascensão americana, que se consolidou na Segunda Guerra Mundial. Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático.

Com redistribuição de poder e liderança na economia mundial, mais o declínio de um paradigma econômico que prevaleceu nas últimas três décadas, vamos viver um longo período de vácuo de poder dominante, com degelo da sua ideologia, seu pensamento econômico e dos consensos de políticas. Novas regras do jogo deverão emergir, mas nada disso tem uma evolução contínua e linear.

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. Para países dependentes e com forte herança colonial, a globalização implicou um deslocamento deliberado para o exterior do dinamismo da economia e aumento da sua importância relativa do setor externo (fluxo de capitais) *vis-à-vis* setor interno da economia. Essa importância relativa não se refere

- 110 apenas às condições econômicas e financeiras, mas principalmente ideológicas e dominância do pensamento econômico hegemônico. Com o interregno, a autonomia com que países podem perseguir objetivos nacionais de política econômica mudará substancialmente. É nesse
- 115 panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?

(Yoshiaki Nakano. *Folha de S.Paulo*, 14 de fevereiro de 2012, com adaptações)

1

Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. (L.66-71)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O período é composto por duas orações.
- II. A escolha dos tempos verbais contribui para aumentar o aspecto persuasivo do trecho.
- III. A repetição de termos no período constitui recurso estilístico.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

2

Assinale a palavra que **NÃO** tenha sido formada pelo mesmo processo que *autodestrutivo* (L.26).

- (A) contraposição (L.23)
- (B) plutocracia (L.15)
- (C) interregno (L.58)
- (D) desemprego (L.77)
- (E) internacional (L.69)

3

Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático. (L.85-90).

Os pronomes sublinhados exercem, no texto, respectivamente, papel

- (A) anafórico e catafórico.
- (B) catafórico e anafórico.
- (C) dêitico e catafórico.
- (D) dêitico e dêitico.
- (E) anafórico e dêitico.

4

No texto, a expressão *vis-à-vis* (L.107) exerce papel equivalente ao de uma locução

- (A) prepositiva.
- (B) conjuntiva.
- (C) adverbial.
- (D) adjetiva.
- (E) substantiva.

5

Acerca do texto e dos sentidos produzidos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O interregno a que o texto faz alusão para o futuro se assemelha aos movimentos de ascensão e queda de regimes e poderes do passado.
- II. Os movimentos de ascensão e queda representam redistribuição de poder e liderança na economia mundial.
- III. O texto alerta para as brechas que poderão tornar o Brasil o paradigma econômico dominante nas próximas décadas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

6

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. (L.100-102)

No período acima, a conjunção E, normalmente aditiva, assume papel

- (A) adversativo.
- (B) explicativo.
- (C) alternativo.
- (D) conclusivo.
- (E) consecutivo.

7

A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. (L.14-20)

Os termos sublinhados no período acima classificam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adnominal.
- (B) adjunto adnominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (C) complemento nominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (D) complemento nominal, adjunto adnominal, complemento nominal.
- (E) adjunto adnominal, adjunto adnominal, adjunto adnominal.

8

Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras... (L.108-109)

Assinale a alternativa em que, ao se alterar a estrutura do trecho acima, **NÃO** se respeitou a norma culta. Não leve em conta as alterações de sentido.

- (A) As condições econômicas e financeiras a que essa importância alude...
- (B) As condições econômicas e financeiras a que essa importância reporta...
- (C) As condições econômicas e financeiras de que essa importância procede...
- (D) As condições econômicas e financeiras por que essa importância passa...
- (E) As condições econômicas e financeiras que essa importância obedece...

9

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha papel adjetivo.

- (A) política (L.64)
- (B) prestado (L.24)
- (C) sua (L.17)
- (D) próprio (L.7)
- (E) controladora (L.18)

10

Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. (L.3-6)

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha se mantido em consonância com as regras de pontuação.

- (A) Os países emergentes – particularmente os Brics – revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (B) Os países emergentes – e, particularmente, os Brics –, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (C) Os países emergentes e – particularmente – os Brics, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (D) Os países emergentes e – particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (E) Os países emergentes – e particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.

11

É nesse panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil? (L.114-118)

As duas ocorrências do QUE no período acima apresentam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal e predicativo do objeto.
- (B) adjunto adverbial, sem função sintática.
- (C) objeto direto e adjunto adverbial.
- (D) adjunto adverbial e objeto direto.
- (E) sem função sintática e adjunto adnominal.

12

Por *interregno hegemônico* (L.71) é possível entender

- (A) uma ausência preponderante de poder dominante.
- (B) a supremacia de um Estado sendo substituída de imediato pela preponderância do outro.
- (C) a preponderância de um estado intermediário entre um governo e outro.
- (D) o intervalo de transformação de uma hegemonia a outra.
- (E) a prevalência de uma hegemonia em relação à outra.

13

De acordo com o que rege o *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal, assinale a forma **INCORRETA** quanto à grafia de artigos e parágrafos de lei.

- (A) art. 5º
- (B) § 11.
- (C) arts. 2º e 3º
- (D) §§ 9º e 10.
- (E) art. 33

14

Com base no que orienta o *Manual de Redação da Presidência da República*, emprega-se Vossa Excelência para:

- I. o Advogado-Geral da União;
- II. os membros das Câmaras Legislativas Municipais;
- III. os conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais.

Completa(m) corretamente a afirmação do enunciado o(s) item(ns)

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) III, somente.

15

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- II. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.
- III. Quanto à sua forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário pelo seu nome e sobrenome, seguido de vírgula.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Conhecimentos Gerais**16**

A questão da mobilidade urbana está tornando-se uma preocupação marcante nos grandes centros urbanos. No Rio de Janeiro, a Prefeitura optou por usar o sistema BRT, que usará linhas exclusivas e ônibus como matriz principal. A cidade de São Paulo optou por ampliar os sistemas de trens urbanos, metrô e agora os modernos Monorails, assim como fez a cidade de Manaus. Fortaleza, Cuiabá e Brasília fizeram opção pelos VLTs (Veículos Leves sob Trilhos). Recentemente dois grandes consórcios foram escolhidos para fazer as duas linhas de Monorails na cidade de São Paulo. Uma linha ligando Jabaquara ao Morumbi, via Aeroporto de Congonhas, e outra ligando Vila Prudente a Cidade Tiradentes, na zona leste da capital paulista.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os trens da Bombardier foram escolhidos pelos dois consórcios para serem usados nas duas linhas por serem mais baratos.
- (B) Um consórcio usará os trens da Bombardier na zona leste e outro usará os trens franceses da Alstom, na linha Jabaquara.
- (C) O consórcio vencedor da linha Jabaquara usará trens feitos na Malásia e construídos no Rio de Janeiro.
- (D) O Consórcio da Linha Zona Leste usará Trens da Siemens, que serão construídos em São Paulo.
- (E) Os dois consórcios escolheram os trens japoneses da Hitachi, como homenagem à população nipônica da cidade.

17

Desde o governo Fernando Henrique, o Brasil faz gestões para comprar aviões de caça para reequipar e modernizar a aeronáutica brasileira. Há uma constante preocupação com as linhas de defesa do Brasil, já que os nossos aviões estão bastante defasados. Três aviões foram escolhidos para a fase final: o Gripen, da Suécia; o Rafale, da França; e os F-18 dos Estados Unidos. Passou o governo Lula, a decisão passou para o governo Dilma, mas ainda não há uma decisão final sobre a compra.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Rafale, preferidos pelo governo Lula, são os mais caros e a Dassault não quer passar a tecnologia para os brasileiros.
- (B) Os F-18 americanos são os mais modernos aviões de combate. São mais baratos e a Boeing admitiu passar toda a tecnologia para o Brasil.
- (C) Além de ser o preferido pelo alto escalão da aeronáutica, o Gripen é mais barato e já participou de intensos combates na Bósnia.
- (D) O avião sueco só existe em forma de projeto e nunca foi vendido para qualquer força militar.
- (E) Os Rafale têm o apoio da Otan. Comprando os Rafale, o Brasil terá o apoio dos europeus para entrar no Conselho de Segurança da ONU.

18

Em um polêmico livro recém-lançado, Mimi Breardsley faz revelações surpreendentes e narra como o presidente John Kennedy a embebedou e seduziu quando, aos 19 anos, trabalhou como estagiária na Casa Branca. No livro, a Sra. Alford, sobrenome de casada, revela que foi trabalhar como estagiária na assessoria de imprensa da Casa Branca e que, depois de quatro dias, um assessor confiável, David Powers, ofereceu-lhe vários daiquiris antes de o presidente Kennedy lhe conceder um tour privado pela Casa Branca, que acabou no leito da primeira dama, que estava fora.

O que mais veio à tona com o relato de Mimi Alford?

- (A) Jacqueline Kennedy ficou sabendo do que houve no dia seguinte, através de sua secretária e agrediu o Presidente Kennedy.
- (B) Mimi manteve o romance com o presidente até Jacqueline descobrir e mandar demití-la da Casa Branca.
- (C) Mimi teve que fazer dois abortos em quase um ano de namoro.
- (D) Durante o fim de semana da morte de Kennedy, Mimi planejava o casamento com seu noivo, mas, arrasada pela dor, confessou o *affair* secreto que manteve durante todo o namoro.
- (E) Mimi, atualmente em dificuldades financeiras, decidiu revelar toda a verdade.

19

No início de fevereiro tomou posse a nova presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster. A engenheira substituiu no cargo José Sérgio Gabrielli, que recebeu convite do Governador da Bahia, Jacques Wagner, para participar do Governo do Estado. Em seu discurso de posse, Graça Foster lembrou sua história na estatal, onde começou como estagiária. Graça Foster foi fortemente aplaudida quando disse que era a primeira mulher do mundo a comandar uma empresa de petróleo desse porte. Ela destacou que vai seguir à risca o plano de negócios da estatal e as metas previstas. “Sempre com foco na disciplina de capital, no cumprimento das metas e prazos, sem descuidar dos aspectos de segurança e ambiental”. Com ela, dois novos diretores foram eleitos pelo Conselho de Administração da Empresa. Quem são eles?

- (A) Guilherme Estrela, por sua grande experiência em dutos, e José Formigli, pelo trabalho realizado na gestão Gabrielli.
- (B) José Zelada, pela contribuição dada aos investimentos internacionais da Petrobras Internacional, e Alcides Santoro, pelo conhecimento adquirido no pré-sal.
- (C) José Formigli, por ter adquirido grande experiência no desenvolvimento do pré-sal, e Alcides Santoro, por sua experiência no setor de gás.
- (D) Guilherme Estrela e Renato Duque serão os novos diretores de Exploração e Produção e Gás e Energia.
- (E) Jose Zelada, para o setor internacional, e Renato Duque, para o segmento de Exploração e Produção.

20

A celeuma sobre a presença de resíduos de agrotóxicos no suco de laranja brasileiro, questão levantada por autoridades sanitárias dos Estados Unidos, reacendeu a discussão sobre o uso de agrotóxicos em produtos agrícolas. O resultado disso foi a ameaça de suspensão da compra dos sucos brasileiros, causando enorme prejuízo aos produtores. Nos últimos quatro anos, o Brasil se tornou o maior mercado de pesticidas do mundo. Essa ameaça fez o preço do produto disparar a níveis recordes. Segundo o principal órgão de controle de produtos sanitários dos Estados Unidos, o *Food and Drug Administration* (FDA), foi encontrada a presença de um fungicida no suco de laranja importado do Brasil. O uso deste fungicida é proibido nas lavouras de cítricos nos Estados Unidos, mas é usado contra fungos no Brasil.

Qual foi o resultado desta situação?

- (A) O que houve de fato foi uma especulação do mercado americano para aumentar o preço do suco de laranja.
- (B) O carbendazim, usado em poucas quantidades, não faz mal à saúde, por isso o produto não foi tirado das prateleiras nos Estados Unidos. Mas as próximas cargas não poderão ter vestígios desse fungicida.
- (C) Os produtores brasileiros tiveram que amargar grandes prejuízos, pois todo o suco de laranja teve que ser descartado.
- (D) Os produtores brasileiros deixaram de entregar o suco aos americanos e venderam quase toda a produção para o mercado asiático.
- (E) Os produtores brasileiros tiveram que queimar boa parte do laranjal paulista, que já estava pulverizado com o fungicida, para continuarem a vender para o mercado americano.

21

Um dos maiores incrementos do comércio internacional brasileiro na modernidade é o pré-sal. Assinale a alternativa correspondente ao que vem a ser o pré-sal.

- (A) Denominação dada às descobertas petrolíferas nas águas territoriais brasileiras, também chamadas de subsal.
- (B) Reservas de hidrocarbonetos encontradas no subsolo marítimo, também chamadas de subsal.
- (C) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos encontradas abaixo de uma profunda camada de rocha calcária no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (D) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas calcárias encontradas abaixo de uma profunda camada de sal no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (E) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas encontradas abaixo de uma profunda camada de sal nas águas interiores brasileiras, também chamada de subsal.

22

Considerando as recém-descobertas de petróleo na camada pré-sal, que representam um marco singular na indústria petrolífera brasileira, marque a alternativa correta.

- (A) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras Distribuidora de Combustíveis e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário.
- (B) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Transpetro e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (C) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petro-Sal, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Ministério da Defesa.
- (D) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (E) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

23

Os dois confrontos mais sangrentos no Egito nos últimos quinze meses foram

- (A) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (B) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (C) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (D) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (E) a queda do ditador Bashar al Assad e o confronto entre civis e militares no Cairo após sua morte.

24

Em 2012, celebra-se o bicentenário de um novelista que retratou as transformações sociais da era industrial em uma nação europeia. Trata-se de

- (A) David Copperfield.
- (B) Victor Hugo.
- (C) Émile Zola.
- (D) Edmond Rostand.
- (E) Charles Dickens.

25

Em relação à dívida pública brasileira em 2011, analise as afirmativas a seguir:

- I. A dívida pública brasileira encerrou 2011 com a menor parcela da história de títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic.
- II. Em 2011, a dívida pública cresceu 10,17%, chegando a R\$ 1,866 trilhão.
- III. Para reduzir a participação dos papéis atrelados à Selic, o governo vem segurando emissões desse tipo de título e adotando medidas para estimular que fundos públicos comprem títulos atrelados à taxa.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Direito Constitucional e Administrativo**26**

A respeito do controle das empresas estatais pelo Tribunal de Contas, avalie as afirmativas a seguir:

- I. As estatais não se submetem ao controle do Tribunal de Contas, tendo em vista possuírem personalidade jurídica de direito privado e, portanto, não administram bens e dinheiro públicos.
- II. Somente as estatais prestadoras de serviço público, ante a natureza pública de seus bens, se submetem ao controle do Tribunal de Contas.
- III. Tanto as estatais prestadoras de serviço público quanto as que exercem atividade econômica estrito senso se submetem ao controle pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que, embora seu patrimônio seja privado, quando de sua criação, haveria contribuição de dinheiro público.
- IV. No que concerne à intensidade do controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas, afigura-se irrelevante a separação entre atividade-fim e atividade-meio da estatal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (B) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I for verdadeira.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

27

Sobre o tratamento constitucional dado ao exercício da liberdade, à dignidade humana, à igualdade e à justiça, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Ninguém será levado à prisão ou mantido nela, se a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) A Constituição da República de 1988 veda a pena de morte, salvo na hipótese em que haja declaração de guerra pelo Presidente da República, autorizada ou referendada pelo Congresso Nacional.
- (C) A prática de racismo é crime imprescritível e insuscetível à fiança.
- (D) A privação de bens e da liberdade deverá observar o devido processo legal.
- (E) É assegurado a todos o acesso à informação, podendo o Judiciário determinar a revelação da fonte da informação divulgada por jornalista em imprensa escrita ou falada, quando necessária a apuração de prática de crime.

28

Em relação às ações constitucionais para defesa de direitos fundamentais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O mandado de segurança pode ser impetrado para proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas-data*, se o responsável pela ilegalidade ou abuso do poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (B) A impetração de *habeas corpus* pode ser feita em defesa de pessoa que sofra ou esteja sofrendo ameaça de sofrer violação ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O mandado de injunção poderá ser impetrado se configurada a prática de ato administrativo que viole o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) O *habeas-data* pode ser ajuizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, que estejam incluídas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) É assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

29

A Administração pode, para bem proceder à prestação de suas atividades, realizar o que se chama descentralização. Ciente desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização, também chamada de desconcentração, se dará quando, no âmbito interno, a Administração crie novos cargos e órgãos, transferindo a estes atribuições próprias.
- (B) A descentralização não se confunde com a desconcentração, sendo certo que ocorrerá sempre que se resolva criar nova Unidade Federativa, seja um Estado ou um Município.
- (C) A descentralização não se confunde com desconcentração, e ocorrerá quando uma Unidade Federativa delegar, mediante lei, a outra Unidade Federativa, competência que lhe foi atribuída pela constituição.
- (D) A descentralização se dará quando, por lei, ou decreto autônomo, o Executivo criar ministérios (âmbito da União), ou secretarias (âmbito dos Estados e Municípios).
- (E) A descentralização se dará quando, por lei, se criem autarquias, ou autorize a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações; ou por meio de licitação, se deleguem serviços públicos ao setor privado.

30

A aplicação das normas constitucionais pressupõe interpretação que “está submetida ao princípio da ótima concretização da norma (...). Evidentemente, esse princípio não pode ser aplicado com base nos meios fornecidos pela subsunção lógica e pela construção conceitual. Se o direito e, sobretudo, a Constituição, têm a sua eficácia condicionada pelos fatos concretos da vida, não se afigura possível que a interpretação faça deles tábula rasa. Ela há de contemplar essas condicionantes, correlacionando-as com as proposições normativas da Constituição. A interpretação adequada é aquela que consegue concretizar, de forma excelente, o sentido (...) da proposição normativa dentro das condições reais dominantes numa determinada situação” (Konrad Hesse. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991, p. 22).

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o exercício de democracia, mediante a obediência ao princípio majoritário, acarreta a prevalência dos diplomas legais aprovados pelo Poder Legislativo, em concorrência com o Poder Executivo, se observado eventual conflito com os dispositivos constitucionais.
- (B) o resultado de consultas populares, em plebiscitos e referendos, revoga dispositivo constitucional que lhe seja contrário, por cuidar-se sempre de manifestação do poder constituinte originário.
- (C) a interpretação de dispositivos constitucionais pode mudar, ao longo do tempo, em obediência às alterações das relações sociais e das condições fáticas experimentadas pelo povo.
- (D) o intérprete da Constituição da República de 1988, promulgada com o propósito de realizar as premissas do Estado Democrático de Direito, deve privilegiar a intenção exprimida pelos membros da assembleia constituinte se é controversa a interpretação de um de seus dispositivos, ressalvados os direitos econômico-sociais, cuja aplicação é suscetível à aferição das condições atuais para realização.
- (E) as normas constitucionais, incluindo as relacionadas às regras referentes à organização do Estado e ao processo legislativo, são obtidas a partir de um juízo de ponderação, oposto ao raciocínio próprio à subsunção lógica.

31

Extraí-se da jurisprudência dominante do STJ que a improbidade administrativa, por ato administrativo tido como violador de princípio, aperfeiçoa-se somente

- (A) com a transgressão do princípio.
- (B) mediante prova de prejuízo ao erário.
- (C) se comprovada má-fé do servidor.
- (D) nos atos vinculados, independentemente da subjetividade da conduta.
- (E) em face de comprovada conduta culpável.

32

Em relação à separação de poderes na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. A divisão do poder é elemento do Estado de Direito, assim concebido para que o exercício dele não seja arbitrário. Portanto, é necessário que as competências do Executivo, Legislativo e Judiciário estejam estritamente definidas, alheias a mecanismos recíprocos de controle, para que a atuação dos seus agentes não extrapolem os limites previstos constitucionalmente.
- II. A sanção do Presidente da República é exigida na promulgação de leis ordinárias, complementares, autorização de referendos e convocação de plebiscitos.
- III. Qualquer comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de a ausência, sem justificação adequada, configurar crime de responsabilidade.
- IV. As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer dos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. A inércia do requerido no prazo de trinta dias, a recusa ao pedido ou a prestação de informações falsas caracterizarão crime de responsabilidade.

Assinale:

- (A) se as afirmativas I e IV forem corretas.
- (B) se as afirmativas II e III forem corretas.
- (C) se as afirmativas II e IV forem corretas.
- (D) se as afirmativas I e II forem corretas.
- (E) se as afirmativas III e IV forem corretas.

33

São considerados princípios que regem a República Federativa Brasileira:

- (A) independência nacional e prevalência dos direitos humanos.
- (B) liberdade de expressão e prevalência da representação moral à censura.
- (C) inviolabilidade da intimidade e estímulo à liberdade religiosa.
- (D) liberdade de locomoção e garantia da propriedade.
- (E) liberdade associativa e vinculação sindical.

34

Os atos administrativos, após atingirem os seus fins, tendem à extinção. Assim, quando perfeitos, e tem esgotados os seus efeitos, a doutrina menciona a presença da sua extinção natural. Ciente disso, assinale o que **NÃO** representa caso de extinção do ato.

- (A) cassação
- (B) caducidade
- (C) nulidade
- (D) conversão
- (E) revogação

35

A Administração Pública, ao aplicar as normas que lhe são direcionadas, deverá buscar a interpretação que melhor atenda ao fim público.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a nova interpretação deve se aplicar retroativamente, atingindo os fatos pretéritos já consolidados com a interpretação anterior.
- (B) a nova interpretação não se aplica aos fatos pretéritos, respeitando a irretroatividade, salvo se representar economia financeira.
- (C) se coloca ilegal e afrontoso à isonomia; a mudança de interpretação anterior guardava coesão com a literalidade e a *ratio* da norma.
- (D) a nova interpretação é possível, respeitando o melhor atendimento ao fim público e a vedação da sua aplicação retroativa.
- (E) a nova interpretação é possível, desde que feita dentro da competência discricionária da Administração, e de forma retroativa para respeitar a isonomia.

Administração Pública

36

Tendo em vista o desenvolvimento da administração pública, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o conceito de burocracia para Max Weber é a organização eficiente por excelência e, para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente e nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas.
- (B) são características da burocracia: normas e regulamentos, formalidade das comunicações, racionalidade e divisão do trabalho, impessoalidade nas relações, hierarquização da autoridade, rotina e procedimentos standardizados, competência técnica e meritocracia, separação da propriedade e previsibilidade do funcionamento.
- (C) em nosso dia a dia, passamos a chamar de burocracia os defeitos do sistema, ou seja, suas disfunções, que foram o exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismo, resistência a mudanças, despersonalização do relacionamento e superconformidade às rotinas e procedimentos.
- (D) a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da normatização e pelo desenvolvimento de uma cultura burocrática nas organizações.
- (E) a eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se uma questão essencial sob o modelo gerencial.

37

No tocante à evolução da administração pública, marque a alternativa correta:

- (A) No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados, sob certa acepção, prebendas ou sinecuras.
- (B) A Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de manter a corrupção e o nepotismo patrimonialista.
- (C) Constituem princípios orientadores do desenvolvimento da burocracia a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o informalismo; em síntese, o poder racional-legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a posteriori*.
- (D) Na burocracia, parte-se de uma confiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso, nem sempre são necessários controles rígidos dos processos, como por exemplo, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas.
- (E) No modelo gerencial de Administração Pública o controle do Estado é, essencialmente, *a priori*.

38

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) menciona diversos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a seguir relacionados. No que diz respeito a esse aspecto (transparência), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) São instrumentos de transparência da gestão fiscal: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (B) Aos instrumentos de gestão fiscal deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.
- (C) A transparência será assegurada também mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (D) Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48 da LRF, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- (E) De acordo com o art. 49 da LRF, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis por pelo menos dois exercícios financeiros no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

39

O controle exerce, na administração sistêmica, papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É por meio dele que são detectados eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo seja reorientado na direção dos objetivos traçados pela organização. Na Administração Pública, a importância do controle foi destacada, principalmente, com o advento da Reforma Administrativa de 1967. Assim, o art. 6º do Decreto-Lei 200/1967 o coloca, ao lado do planejamento, da delegação de competência, da descentralização e da coordenação entre os cinco princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Federal. No que concerne aos controles interno e externo, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a Lei 4.320/1964 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante Controles Externo e Interno, respectivamente.
- (B) de acordo com Lei 4.320/1964, o controle compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) consoante a Carta Magna, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante Controle Externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- (D) de acordo com a Carta Magna, os responsáveis pelo Controle Interno, após concluírem o processo destinado a apurar qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão Ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional.

40

Considerando a evolução da administração Pública no Brasil e no mundo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) De certa forma, é possível considerar que o chamado “modelo gerencial” começa a ser implantado em 1995, durante o governo FHC, com a edição do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”.
- (B) A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto, um rompimento com a administração pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental.
- (C) Na administração pública gerencial, a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais.
- (D) A administração pública gerencial deve ser impermeável à participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil.
- (E) Comparativamente com a administração burocrática, o modelo gerencial tem como um de seus princípios o deslocamento da ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

Raciocínio lógico**41**

Um analista político de um programa de televisão fez a seguinte previsão: “Se o governador não agir e o Governo Federal intervier então o caso será julgado pelo Supremo Tribunal Federal ou o governador renunciará.”

Entre os cenários apresentados a seguir, aquele em que a previsão do analista político apresenta de forma **INCORRETA** é

- (A) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (B) o governador agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (C) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.
- (D) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (E) o governador não agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.

42

Entre os argumentos a seguir, aquele que é dedutivamente legítimo é:

- (A) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (B) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (C) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (D) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (E) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.

43

Considere a seguinte sentença: “Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então existe pelo menos um eleitor do seu estado que votou nele.”

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (B) Nenhum cidadão brasileiro elegível é um Senador em exercício e todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (C) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele não é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (D) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível, tal que se ele é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (E) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível tal que ele é um Senador em exercício e nenhum eleitor do seu estado votou nele.

44

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, aos partidos PA, PB e PC. Um desses partidos é ideologicamente de esquerda, outro de direita e o terceiro de centro, mas não necessariamente na ordem em que eles foram citados. Sabe-se ainda que:

- I. se o partido PA é de esquerda, então o partido PB não é de centro;
- II. se o partido PB não é de esquerda, então o partido PA não é de centro;
- III. se o partido PA é de direita, então o partido PC é de centro;
- IV. o partido PC não é de centro.

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, a partidos de:

- (A) centro, esquerda, direita.
- (B) esquerda, centro, direita.
- (C) esquerda, direita, centro.
- (D) direita, centro, esquerda.
- (E) centro, direita, esquerda.

45

Se há X e não há Y, então há Z. Não há Z.

Logo:

- (A) X é necessário para Z.
- (B) Y é necessário para X.
- (C) Y é suficiente para X.
- (D) X é suficiente para Z.
- (E) Z é suficiente para Y.

46

Após as deliberações para a formação de uma comissão no Senado, quatro senadores em exercício fizeram as seguintes declarações:

João: Maria não fará parte da comissão, mas José sim.

José: Eu farei parte da comissão, mas entre João e Maria exatamente um deles fará parte da comissão.

Maria: Se João não fizer parte da comissão, então José e Rosa também não farão parte da comissão.

Rosa: Exatamente um de nós quatro não fará parte da comissão.

É possível deduzir que

- (A) se exatamente um dos quatro não fará parte da comissão, então todos disseram a verdade.
- (B) se todos mentiram, então exatamente um deles fará parte da comissão.
- (C) não é possível que todos tenham dito a verdade.
- (D) se exatamente um deles mentiu, então exatamente dois deles não farão parte da comissão.
- (E) se nenhum deles fizer parte da comissão, então todos mentiram.

Língua Inglesa

Another view on representations and warranties

This article will address issues relating to representations and warranties as they arise in the common law, not in the context of the Uniform Commercial Code.

5 We will begin with representations. They are statements of present or past fact. Future "facts" cannot generally form the basis of representations because no one can know the future.

10 If a representation is intentionally false, a plaintiff can make a common law claim of deceit (a tort) and allege fraudulent misrepresentation.

15 Generally, a plaintiff injured by a fraudulent misrepresentation has a choice of remedies. She may rescind the contract and obtain restitutionary recovery, or she may affirm the contract and sue for damages. The ability to rescind — to unwind a closed transaction — is a remedy not available to a plaintiff suing for a breach of warranty, and therefore is a benefit of including representations in a contract. A second benefit is that the plaintiff may be able to obtain punitive damages under special circumstances.

20 Now, let's turn to warranties. A common law warranty is a promise that a fact is true. According to the New York court, a warranty is a promise of indemnity if a statement of fact is false. A promisee does not have to believe that the statement is true. Indeed, the warranty's purpose is to relieve a promisee from the

25

30

obligation of determining a fact's truthfulness.

The meaning of warranty is critical to plaintiffs whose defendants made both representations and warranties since a plaintiff's fraudulent misrepresentation claim will fail if she knew the statement was false. But, the plaintiff may sue for breach of warranty on the same statement and recover despite knowledge of the falsity of the statement, subject to some limitations. This is a substantial business and legal reason for a party to receive both representations and warranties.

An example may help to clarify this issue: Occasionally, a buyer will ask a seller to represent as a fact something that the seller knows is not true or does not know whether it is true. Technically, doing so is fraud. A buyer nonetheless defends its request by telling the seller, "It's just risk allocation." In other words, even if the statement is not true, it represents the business deal.

A seller often accedes to this request on the theory that it is not fraud because it has "worked it out" with the buyer. This is cold comfort when the buyer sues for fraud, "forgetting" that it was "just risk allocation" and "forgetting" that the seller explained the situation's actual status. As an alternative, the seller can merely "warrant" the statement. In that case, the seller makes no representation that can be the basis of a fraudulent misrepresentation, and the warranty is the promise of indemnity, precisely the risk allocation the buyer sought.

Representations and warranties are important — but different — tools for the contract drafter. But receiving both of them from the other side usually — but not always — provides a client with the best protection.

(Tina L. Stark. Adaptado de:

<http://apps.americanbar.org/buslaw/blt/2006-01-02/nonbindingopinion.html>

47

A lawyer drafting a business contract usually includes a "representations and warranties" clause because

- (A) it will protect the client against risks and will secure those advantages that are reasonable and appropriate.
- (B) the lawyer could be sued for malpractice if he did not include it.
- (C) the Contract will look more professional allowing the lawyer to charge a higher fee.
- (D) a contract without a "representations and warranties" clause will not be legally enforceable.
- (E) the "representations and warranties" clause is a standard contract clause and has always the same wording.

48

As used in the text, the term *common law* refers to

- (A) laws that apply in normal circumstances to ordinary people.
- (B) a legal system found in Anglo-Saxon countries, and based on case law.
- (C) a legal system found in Anglo-Saxon countries, based on legislative statutes and executive branch decisions.
- (D) the settlement of petty claims in a magistrate's court.
- (E) a legal system found predominantly in Islamic countries.

49

According to the text, warranties are included in an agreement so that

- (A) the other party is given assurance of maintenance/replacement of goods/service.
- (B) the other party is given assurance of clear title and right to sell real state.
- (C) the other party has no need to investigate and verify the truth of the facts stated in the warranty.
- (D) suppliers may advertise that they supply goods/service to a royal family.
- (E) law enforcement officers are allowed to seize property.

50

Consider the statements below:

- I. Representations and warranties are not inextricably linked. Some parties, as a matter of principle, refuse to take fraud risk (read punitive damages), and will not make representations, only warranties.
- II. Representations, if shown to be false, and if the injured party knew them to be false, can give cause for the rescission of the agreement and the party making the representation can be sued for fraud.
- III. A plaintiff may be able to win a breach of warranty claim when it would have lost a claim for fraudulent misrepresentation because it could not prove that the defendant knew the representation to be false.

According to the text

- (A) statements I and II are true, III is false.
- (B) statements II and III are true, I is false.
- (C) statements I and III are true, II is false.
- (D) all three statements are true.
- (E) all three statements are false.

Conhecimentos Específicos

51

Para viver democraticamente numa sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. O tema da pluralidade cultural busca contribuir para a construção da cidadania pluriétnica e pluricultural. A respeito das capacidades a serem desenvolvidas, avalie as afirmativas a seguir:

- I. Conhecer a diversidade do patrimônio étnico-cultural brasileiro, cultivando atitude de respeito para com as pessoas e grupos que a compõem, reconhecendo a diversidade cultural como um direito dos povos e dos indivíduos e elemento de fortalecimento da democracia.
- II. Reconhecer as qualidades da própria cultura valorando-as criticamente, enriquecendo a vivência de cidadania, buscando especificidades das culturas miscigenadas no sentido de valorizá-las e perpetuá-las.
- III. Compreender a desigualdade social como um problema de todos e como uma realidade passível de mudanças.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) se nenhuma afirmativa for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

52

O Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, estabelece objetivos, diretrizes, estratégias e ações a serem desenvolvidas nos próximos dez anos. O Plano também sugere que a cultura deve englobar três dimensões. Assinale a alternativa que as representa:

- (A) A cultura como expressão simbólica, como direito de cidadania e como potencial para o desenvolvimento econômico com sustentabilidade sócio-ambiental.
- (B) A cultura como potencial agente político, de controle social e segurança.
- (C) Implementação de eventos temáticos, comparação da cultura nacional e estrangeira e valorização da música como maior expressão do país.
- (D) Aumento de espaços culturais nos grandes centros, difusão da cultura local e implementação de projetos.
- (E) Centralização da produção cultural, ligar trinta por cento dos municípios brasileiros ao Sistema Nacional de Cultura e criação de espaços de experimentação.

53

Autoridade Pública Olímpica é um consórcio público interfederativo, que tem por objetivo coordenar a participação da União, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro na preparação dos Jogos Olímpicos e Paraolimpíadas 2016. A Autoridade Pública Olímpica tem como instância máxima o Conselho Público Olímpico. Quem o preside atualmente?

- (A) Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Organizador.
- (B) Sérgio Cabral Filho, Governador do Rio de Janeiro.
- (C) Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central.
- (D) Pelé, maior expressão do esporte brasileiro.
- (E) Presidenta Dilma Rousseff, maior autoridade do país.

54

A Carta Olímpica regula a organização, as ações e o funcionamento do Movimento Olímpico e fixa as condições de celebração dos Jogos Olímpicos. Sobre os objetivos principais da Carta Olímpica, avalie as alternativas abaixo:

- I. A Carta Olímpica serve de estatuto para o Comitê Olímpico Internacional.
- II. A Carta Olímpica, enquanto documento de base de natureza constitucional, fixa e apela aos princípios fundamentais e valores essenciais ao olimpismo.
- III. Adicionalmente, a Carta Olímpica define os direitos e obrigações recíprocas das três principais partes constitutivas do Movimento Olímpico, nomeadamente o Comitê Olímpico Internacional, as Federações Internacionais e os Comitês Nacionais Olímpicos, bem como os Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos, que devem conformar-se com a Carta Olímpica.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- (B) se apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- (C) se apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (D) se todas as afirmativas são verdadeiras.
- (E) se nenhuma afirmativa é verdadeira.

55

Definir horários diários do programa de um desporto; itinerários das provas que tenham lugar fora das instalações olímpicas (por exemplo: vela, maratona, marcha, corridas de ciclismo de estrada e concursos de equitação); requisitar instalações para treino antes e durante os Jogos Olímpicos. Essas são algumas disposições técnicas tratadas na Carta Olímpica. Para que elas sejam efetivadas é preciso que haja:

- (A) Acordo entre todas as federações internacionais participantes.
- (B) Aprovação das federações internacionais e do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos, antes de serem submetidas à aprovação da Comissão Executiva do Comitê Olímpico Internacional.
- (C) Decisão e disponibilidade de locais por parte do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos.
- (D) Decisão exclusiva do Comitê Olímpico Internacional.
- (E) Aprovação do Presidente do Comitê Olímpico Internacional e dos órgãos da cidade-sede.

56

O “Estatuto do Torcedor” (Lei 10.671, de 15 de maio de 2003) em seu capítulo quarto trata da segurança do torcedor partícipe de evento esportivo. Nessa linha, qual o conflito existente em relação ao que determina a FIFA e o Estatuto sobre os estádios na Copa de 2016?

- (A) Liberação para uso de fogos de artifício.
- (B) Consentir a revista pessoal de prevenção e segurança.
- (C) Venda de bebida alcoólica no interior do estádio.
- (D) Segurança antes, durante e depois do jogo a todos os torcedores que forem a partida.
- (E) Seguro de acidentes pessoais, tendo como beneficiário o torcedor portador do ingresso, válido a partir do momento em que ingressar no estádio.

57

O registro do patrimônio cultural imaterial representa uma forma inovadora de se preservar a pluralidade da cultura nacional. Sobre esse tema, avalie as afirmativas abaixo:

- I. Somente a partir da convenção sobre o patrimônio mundial, cultural e natural – Unesco (1972) – que os países do ocidente começaram a entender a importância de preservar o patrimônio cultural imaterial.
- II. No Brasil, os ideais de preservação do patrimônio imaterial remontam a 1930, com o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, de Mário de Andrade.
- III. O registro imaterial é um instrumento pouco utilizado, embora não haja dificuldade de relação dos pesquisadores com a cultura popular.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) se as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (C) se as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (D) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

58

Sobre a escolha do Rio de Janeiro para sediar a XXXI Olimpíada, em 2016, pode-se afirmar, EXCETO:

- (A) O Brasil derrotou a China na votação da última sessão por 66 a 32.
- (B) A experiência dos Jogos Panamericanos de 2007 contribuiu para a indicação do Rio.
- (C) O Rio será a primeira cidade sul-americana a receber uma edição olímpica.
- (D) A escolha aconteceu na Suíça, em 2 de outubro de 2009.
- (E) O Brasil será o quarto país a sediar, no intervalo de dois anos, uma Copa do Mundo e uma Olimpíada.

59

O Comitê Executivo do Comitê Olímpico Internacional sugeriu e aprovou a inclusão de dois novos esportes na disputa dos Jogos Olímpicos em 2016, no Rio de Janeiro. Quais são eles?

- (A) Golfe e futebol de mesa.
- (B) Patinação e Rugby Sevens
- (C) Patinação e golfe.
- (D) Futebol de mesa e rugby sevens.
- (E) Golfe e rugby sevens.

60

A FIFA foi fundada em 21 de maio de 1904, em Paris. Até 1909 faziam parte da entidade apenas países europeus. Quais os primeiros quatro países de outros continentes que se filiaram à entidade?

- (A) Brasil (1909), Argentina e Chile (1912) e Estados Unidos (1913).
- (B) África do Sul (1909), Argentina e Chile (1912) e Estados Unidos (1913).
- (C) África do Sul (1909), Brasil e Argentina (1912) e Chile (1913).
- (D) Estados Unidos (1909), Argentina e Chile (1912) e Brasil (1913).
- (E) Argentina (1909), Chile e Brasil (1912) e Estados Unidos (1913).

61

Em 1º de junho de 2011, o Congresso da FIFA aprovou o novo estatuto da entidade. Sobre os estatutos da FIFA, avalie as afirmativas abaixo:

- I. Para se alterar os estatutos da FIFA é exigida a maioria de três quartos das Federações presentes com direito a voto.
- II. As revisões completas dos estatutos da FIFA dão à entidade um marco jurídico moderno e abrangente para o desenvolvimento de suas ações.
- III. Nos estatutos da FIFA são tratados, principalmente, temas como regras, transferências e doping.

Assinale

- (A) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- (B) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (C) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se nenhuma afirmativa for verdadeira.
- (E) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.

62

No estudo da evolução do direito desportivo é destacada a importância da Lei 8.672/93, conhecida como “Lei Zico”. Orientadora, descentralizadora e moralizadora do desporto: essas são algumas virtudes destacadas pelos especialistas em direito desportivo sobre a Lei Zico. Entre as mudanças que essa Lei trouxe estão, **EXCETO**:

- (A) Democratização das relações entre dirigentes e atletas.
- (B) Estabeleceu processo de filiação das entidades, a tipologia de voto e mandato dos dirigentes.
- (C) Determinou maior interferência do Estado e controle do espaço para a liberdade de mercado.
- (D) Facultou, em âmbito desportivo profissional, que o clube se transformasse, constituísse ou contratasse sociedade comercial.
- (E) Alinhou critérios e diretrizes para organizações e funcionamento das entidades federais de administração do desporto.

63

O Decreto 6.304, de 12 de dezembro de 2007, regulamentou a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual. O Decreto define o que considera produção audiovisual para que a obra cinematográfica brasileira ou a obra videofonográfica se enquadre ao Decreto e possa receber fomento. Qual das afirmativas atende aos requisitos da Lei?

- (A) Ser produzida por empresa brasileira, registrada na Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e cuja direção só pode ser de brasileiro.
- (B) Obra cinematográfica ou videofonográfica de curta metragem, que é aquela de duração igual ou inferior a 15 minutos.
- (C) Quando for realizada uma co-produção por empresa brasileira registrada na ANCINE, em associação com empresas de outros países com os quais o Brasil não mantenha acordo de co-produção, assegurada a titularidade de, no mínimo, 40% dos direitos patrimoniais da obra à empresa produtora brasileira e utilizar toda mão-de-obra de técnicos e artistas brasileiros.
- (D) Obra cinematográfica ou videofonográfica seriada, com duração de até 70 minutos.
- (E) Obra cinematográfica ou videofonográfica de média metragem: acima de 70 minutos de duração.

64

A portaria nº 116, de 29 de novembro de 2011, instituída pelo Ministério da Cultura, detalha os segmentos culturais que integram as seis áreas de representação da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC, especificadas pela Lei 8.313, de 1991. A Lei prevê investimentos em projetos culturais, que poderão receber doações e patrocínios beneficiados pela dedução integral do imposto de renda, sob regulamentação do Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac. Uma das áreas é a de Humanidades. Sobre seus segmentos, avalie as afirmativas:

- I. Livros de valor artístico, literário ou humanístico, incluindo obras de referência.
- II. Evento literário e produção de obras seriadas.
- III. Treinamento de pessoal ou aquisição de equipamentos para manutenção de acervos bibliográficos; e ações de formação e capacitação em geral.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- (B) se apenas a afirmativa III é verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (E) se apenas a afirmativa I é verdadeira.

65

O Comitê Olímpico Internacional (COI) faz uma distinção entre Olimpíada e Jogos Olímpicos. Nesse sentido, avalie as afirmativas a partir da definição do COI:

- I Olimpíada é o intervalo entre cada uma das edições dos Jogos.
- II O que define a expressão “Jogos Olímpicos” é o evento esportivo, constituído por suas diversas competições.
- III Entre os Jogos de Pequim 2008 e os de Londres 2012 vivemos o período de uma Olimpíada. Este período corresponde a um ciclo olímpico concluído em Londres 2012.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (C) se apenas a afirmativa I é verdadeira.
- (D) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

66

A Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte foi regulamentada em 3 de agosto de 2007 pelo decreto 6.180. Esse decreto apresenta, no seu capítulo II, as definições de “projeto esportivo” e de “entidade de natureza esportiva”, entre outras. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta as definições corretas para ambas expressões:

- (A) **Projeto desportivo:** o conjunto de ações organizadas e sistematizadas por entidades de natureza esportiva, destinado à implementação, à prática, ao ensino, ao estudo, à pesquisa e ao desenvolvimento do desporto, obedecendo-se as manifestações desportivas caracterizadas como desporto interestadual, desporto de integração ou desporto de baixo rendimento; **Entidade de natureza esportiva:** pessoa jurídica de direito público com fins não econômicos, cujo ato constitutivo disponha expressamente sobre sua finalidade esportiva.
- (B) **Projeto desportivo:** o conjunto de ações organizadas e sistematizadas por entidades de natureza esportiva, destinado à implementação de pesquisas e de ações de desenvolvimento do desporto, incluindo-se qualquer atividade reconhecida pelo Comitê Olímpico Internacional como prática desportiva; **Entidade de natureza esportiva:** pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado com fins econômicos, cujo ato constitutivo disponha expressamente sobre sua finalidade esportiva.
- (C) **Projeto desportivo:** o conjunto de ações organizadas e sistematizadas por entidades de natureza esportiva, destinado à implementação, à prática, ao ensino, ao estudo, à pesquisa e ao desenvolvimento do desporto, obedecendo-se as manifestações desportivas caracterizadas como desporto educacional, desporto de participação ou desporto de rendimento; **Entidade de natureza esportiva:** pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado com fins não econômicos, cujo ato constitutivo disponha expressamente sobre sua finalidade esportiva;
- (D) **Projeto desportivo:** o conjunto de ações organizadas e sistematizadas por entidades de natureza esportiva, destinado à implementação de pesquisas e de ações de desenvolvimento do desporto, obedecendo-se as manifestações desportivas caracterizadas como desporto educacional ou desporto de rendimento; **Entidade de natureza esportiva:** pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado com fins não econômicos, cujo ato constitutivo disponha expressamente sobre sua finalidade esportiva.
- (E) **Projeto desportivo:** o conjunto de ações organizadas e sistematizadas por entidades de natureza esportiva, destinado à implementação, à prática, ao ensino, ao estudo, à pesquisa e ao desenvolvimento do desporto, obedecendo-se as manifestações desportivas caracterizadas como desporto educacional ou de desporto de participação; **Entidade de natureza esportiva:** pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado com fins não econômicos, cujo ato constitutivo disponha expressamente sobre sua finalidade esportiva.

67

A Convenção Internacional contra o Dopping nos Esportes, celebrada em Paris, em 19 de outubro de 2005, foi oficialmente promulgada no Brasil por meio do Decreto 6.653, de 18 de novembro de 2008. Nessa linha, avalie as afirmativas a seguir sobre algumas definições previstas no artigo 2 da referida Convenção:

- I. Organização antidopping é uma entidade responsável pela adoção de regras para iniciar, implementar ou executar qualquer etapa do processo de controle do dopping. Isso inclui, por exemplo, o Comitê Olímpico Internacional, o Comitê Paraolímpico Internacional, outras importantes entidades organizadoras de eventos que realizem testes antidopping em seus eventos, a Agência Internacional Antidopping, as federações internacionais e as organizações nacionais antidopping.
- II. Laboratórios credenciados para controle de dopping são os laboratórios credenciados pela Agência Mundial Antidopping.
- III. Controle de dopping é o processo que inclui o planejamento de distribuição dos testes, coleta e manuseio das amostras, análises laboratoriais, gestão dos resultados, audiências e recursos.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa I é verdadeira.
- (B) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (C) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se apenas a afirmativa II é verdadeira.
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

68

A recente criação da Secretaria da Economia Criativa, vinculada ao Ministério da Cultura, deu origem também ao seu plano de gestão 2011-2014 que traz como um de seus alicerces a ideia da “criatividade e diversidade cultural brasileiras como recursos para um novo desenvolvimento”. No documento de gestão, a nova secretaria enumera o escopo dos chamados Setores Criativos considerados pelo Ministério da Cultura. Dessa forma, avalie as definições dos setores abaixo:

- I. No campo do patrimônio: patrimônio material e imaterial, arquivos e museus; No campo das expressões culturais: artesanato, culturas populares, indígenas, afro-brasileiras e artes visuais.
- II. No campo das artes do espetáculo: dança, música, circo, teatro e futebol; no campo do audiovisual e do livro, da leitura e da literatura: cinema e vídeo, publicações e mídias impressas.
- III. No campo das criações funcionais: moda, gastronomia, design, arquitetura, arte digital e redes sociais.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa I é verdadeira.
- (B) se apenas a afirmativa II é verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- (E) se apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.

69

O Sistema Nacional do Desporto tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento. De acordo com a redação dada pela Lei 12.395, de 2011, ao parágrafo único do artigo 13 da Lei 9.615, de 1998, o Sistema reúne as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, administração, normalização, apoio e prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva. Entre essas entidades, a legislação considera algumas delas como essenciais. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Comitê Olímpico Brasileiro; o Comitê Paraolímpico Brasileiro; as entidades nacionais e regionais de administração do desporto; as ligas regionais e nacionais, as entidades de prática desportiva filiadas ou não às anteriores e a Confederação Brasileira de Clubes.
- (B) O Comitê Olímpico Brasileiro; o Comitê Paraolímpico Brasileiro; as entidades nacionais e regionais de administração do desporto; as ligas regionais, nacionais e internacionais.
- (C) O Comitê Olímpico Brasileiro; as entidades nacionais e regionais de administração do desporto; as ligas regionais e nacionais e as entidades de prática desportiva filiadas ou não às anteriores.
- (D) O Comitê Paraolímpico Brasileiro; as entidades nacionais e regionais de administração do desporto; as ligas regionais e nacionais e as entidades de prática desportiva filiadas ou não às anteriores.
- (E) O Comitê Olímpico Brasileiro e o Comitê Paraolímpico Brasileiro.

70

O projeto “Por uma Agenda Nacional de Esporte” integra o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e é coordenado pela Secretaria Executiva do Ministério do Esporte. Com período de vigência determinado entre maio de 2011 e dezembro de 2016, busca, entre outros objetivos, contribuir para a democratização e a universalização do acesso ao esporte e ao lazer de toda a população brasileira. Nessa linha, quatro eixos estratégicos sustentam a iniciativa. Assinale a alternativa que **NÃO** condiz com a descrição de tais eixos:

- (A) Fortalecer a capacidade institucional e a gestão do Ministério do Esporte.
- (B) (Re) Estruturação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer.
- (C) Desenvolver Programas, Projetos e Estudos de apoio ao Plano Decenal de Esporte e Lazer e Plano Nacional de Educação.
- (D) Promover iniciativas nacionais e internacionais para a operacionalização da Copa 2014 e Olimpíadas 2016.
- (E) Normatizar as diretrizes para a construção de praças e demais espaços esportivos, como os estádios de futebol, que serão utilizados na Copa de 2014.

71

O Ministério da Cultura desenvolve como meio de fomento às expressões multiculturais brasileiras, entre outras ações, o Plano Setorial para as Culturas Populares. As iniciativas, objetivos e diretrizes são diretamente vinculadas à Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural e foram institucionalizadas em um documento formatado em dezembro de 2010. No que diz respeito às diretrizes do Plano Setorial assinale a alternativa que **NÃO** condiz com as metas estabelecidas:

- (A) Mapeamento e indicadores: Realizar o mapeamento, em âmbito nacional, das manifestações e expressões das culturas populares, de forma integrada ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e considerando os esforços de Estados e Municípios, visando produzir um sistema consistente e de atualização contínua para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões referentes às políticas públicas para as Culturas Populares.
- (B) Transmissão de saberes e fazeres: Fortalecer a transmissão dos saberes e práticas dos mestres e grupos entre as diferentes gerações.
- (C) Manutenção e desenvolvimento sustentável: Promover condições para o desenvolvimento da produção, circulação e fruição das Culturas Populares, respeitando os modos próprios de expressão e organização de seus praticantes.
- (D) Intersetorialidade: Estabelecer a intersectorialidade das políticas públicas, por meio da articulação de responsabilidades, informações e ações de diversos órgãos públicos.
- (E) Interpluralidade da gestão cultural: valorizar a pluralidade dos projetos culturais brasileiros, considerando o potencial de relacionamento com as demais culturas internacionais, no contexto globalizado.

72

O Artigo 217 da Constituição Federal de 1988 versa sobre o dever do Estado de fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observando-se algumas especificações. Sobre o tema, avalie as afirmativas referentes a tais especificações:

- I. Autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto à sua organização e funcionamento.
- II. Destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento.
- III. Tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional; e a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras
- (B) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras
- (C) se apenas a afirmativa I é verdadeira
- (D) se apenas a afirmativa III é verdadeira
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras

73

O Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC) busca instituir relações entre as esferas de governo com o intuito de estabelecer diálogos e articulações para gestão do patrimônio cultural. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) três eixos de discussão sustentam até o momento as diretrizes do Sistema. Nessa linha, é correto afirmar que:

- (A) O primeiro eixo refere-se à Sistematização Cultural e busca definir sistemas regulares para garantir ações articuladas e mais efetivas do patrimônio e das culturas populares; o segundo eixo é o da Regulação, que visa estabelecer conceituações comuns, princípios e regras gerais de ação; e, por último o do Fomento, com foco em incentivos direcionados principalmente para o fortalecimento institucional, estruturação de sistema de informação de âmbito nacional e fortalecimento de ações coordenadas em projetos específicos.
- (B) O primeiro eixo refere-se à Coordenação e busca definir instância(s) coordenadora para garantir ações articuladas e mais efetivas; o segundo eixo é o da Regimentação, que visa estabelecer conceituações incomuns, princípios e regras gerais de ação; e, por último o do Fomento, com foco em incentivos direcionados principalmente para o fortalecimento institucional, estruturação de sistema de informação de âmbito nacional e fortalecimento de ações coordenadas em projetos específicos.
- (C) O primeiro eixo refere-se à Coordenação e busca definir instância(s) coordenadora para garantir ações articuladas e mais efetivas; o segundo eixo é o da Regulação, que visa estabelecer conceituações comuns, princípios e regras gerais de ação; e, por último o do Fomento, com foco em incentivos direcionados principalmente para o fortalecimento institucional, estruturação de sistema de informação de âmbito nacional e fortalecimento de ações coordenadas em projetos específicos.
- (D) O primeiro eixo refere-se à Sistematização Cultural e busca definir sistemas regulares para garantir ações articuladas e mais efetivas do patrimônio e das culturas populares; o segundo eixo é o da Regulação, que visa estabelecer conceituações comuns, princípios e regras gerais de ação; e, por último, o do Patrimonialismo, com foco em incentivos direcionados principalmente para o fortalecimento institucional, estruturação de sistema de informação de âmbito nacional e fortalecimento de ações coordenadas em projetos específicos.
- (E) O primeiro eixo refere-se à Regulação e busca definir sistemas regulares para garantir ações articuladas e mais efetivas do patrimônio e das culturas populares; o segundo eixo é o da Sistematização Cultural, que visa estabelecer conceituações comuns, princípios e regras gerais de ação; e, por último o do Fomento, com foco em incentivos direcionados principalmente para o fortalecimento institucional, estruturação de sistema de informação de âmbito nacional e fortalecimento de ações coordenadas em projetos específicos.

74

A Comissão de Estudos Jurídicos Desportivos do Ministério do Esporte (CEJD) realizou, em 2009, uma reforma no Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD), formatado em sua primeira versão em 2003. Entre os temas debatidos e revisados um dos mais polêmicos foi o da interferência do Tribunal, no sentido de aplicar sanções não contempladas pelo árbitro em campo de jogo. Tal assunto integra o artigo 58-B do Código. Nesse sentido, a partir do novo texto é correto afirmar que:

- (A) O art. 58-B, com seu parágrafo único, adotou a postura de em caso de infrações graves e médias que tenham escapado à atenção da equipe de arbitragem, ou em caso de notório equívoco na aplicação das decisões disciplinares, os órgãos judicantes poderão, excepcionalmente, apenar infrações ocorridas na disputa de partidas, provas ou equivalentes e em eventos ocorridos nas imediações dos estádios.
- (B) O art. 58-B, com seu parágrafo único, adotou a postura de em caso de infrações graves que tenham escapado à atenção da equipe de arbitragem, ou em caso de notório equívoco na aplicação das decisões disciplinares, os órgãos judicantes poderão, excepcionalmente, apenar infrações ocorridas na disputa de partidas, provas ou equivalentes.
- (C) O art. 58-B, com seu parágrafo único, adotou a postura de em caso de infrações leves que tenham escapado à atenção da equipe de arbitragem, ou em caso de notório equívoco na aplicação das decisões disciplinares, os órgãos judicantes poderão, excepcionalmente, apenar infrações ocorridas na disputa de partidas, provas ou equivalentes. A medida visa evitar a polêmica nos casos mais graves e privilegiar a imprevisibilidade do jogo.
- (D) O art. 58-B, com seu parágrafo único, adotou a postura de em caso de infrações graves, mesmo as já punidas pela equipe de arbitragem, os órgãos judicantes poderão, excepcionalmente, apenar infrações ocorridas na disputa de partidas, provas ou equivalentes. A medida visa aumentar o rigor nas punições e evitar as reincidências.
- (E) O art. 58-B, com seu parágrafo único, adotou a postura de não admitir a interferência do Tribunal perante às decisões tomadas pela equipe de arbitragem em campo de jogo. A medida visa privilegiar o fator humano e a imprevisibilidade do jogo.

75

A Lei 10.891 foi sancionada pelo Governo Federal em 2004 e instituiu a chamada Bolsa-Atleta, destinada prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas e, subsidiariamente, aos das modalidades que não fazem parte de tais programas. Recentemente, a referida Lei sofreu alterações no seu texto promovidas pela Lei 12.395, de 16 de março de 2011. Entre elas, no parágrafo segundo do artigo primeiro, está a especificação de seis categorias que podem ser contempladas com a Bolsa. Nesse sentido, assinale a alternativa que representa a classificação correta prevista pela legislação:

- (A) Categoria atleta de base, categoria estudantil, categoria atleta nacional, categoria atleta internacional, categoria atleta olímpico ou paraolímpico e categoria atleta pódio.
- (B) Categoria atleta profissional, categoria atleta nacional, categoria atleta internacional, categoria atleta olímpico ou paraolímpico e categoria atleta pódio.
- (C) Categoria atleta amador de base, categoria atleta profissional, categoria atleta nacional, categoria atleta internacional, categoria atleta olímpico ou paraolímpico e categoria atleta pódio.
- (D) Categoria atleta de base, categoria estudantil, categoria atleta revelação, categoria atleta internacional e nacional, categoria atleta olímpico ou paraolímpico e categoria atleta pódio.
- (E) Categoria atleta de base, categoria revelação, categoria atleta nacional, categoria atleta internacional, categoria atleta olímpico ou paraolímpico e categoria atleta medalhista.

76

A Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet, restabeleceu princípios da Lei 7.505, de 2 de julho de 1986, e instituiu, entre outras providências, o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Nessa linha, é correto afirmar que a legislação determina que o Pronac deve ser implementado a partir de quais mecanismos?

- (A) Fundo Nacional da Cultura (FNC); Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e incentivo a projetos culturais.
- (B) Fundo Nacional da Cultura (FNC); Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart), Comissão Nacional de incentivo à Cultura (CNIC) e incentivo a projetos culturais.
- (C) Fundo Nacional da Cultura (FNC); Comissão Nacional de incentivo à Cultura (CNIC), Ordem do Mérito Cultural e incentivo a projetos culturais.
- (D) Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart), Comissão Nacional de incentivo à Cultura (CNIC) e incentivo a projetos culturais.
- (E) Fundo Nacional da Cultura (FNC); Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e Ordem do Mérito Cultural.

77

O artigo 28 da Lei 9.615, de 2 de março de 1998, conhecida como Lei Pelé, sofreu modificações recentes promovidas pela Lei 12.395, de 16 de março de 2011. Entre as mudanças na redação da Lei Pelé, está a que especifica que a atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho desportivo, firmado com entidade de prática desportiva. Sobre o tema assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) Se conveniente à entidade de prática desportiva, a concentração não poderá ser superior a 3 (três) dias consecutivos por semana, desde que esteja programada qualquer partida, prova ou equivalente, amistosa ou oficial, devendo o atleta ficar à disposição do empregador por ocasião da realização de competição fora da localidade onde tenha sua sede.
- (B) O prazo de concentração poderá ser ampliado, independentemente de qualquer pagamento adicional, quando o atleta estiver à disposição da entidade de administração do desporto.
- (C) Repouso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, preferentemente em dia subsequente à participação do atleta na partida, prova ou equivalente, quando realizada no final de semana.
- (D) Férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias, acrescidas do abono de férias, coincidentes com o recesso das atividades desportivas.
- (E) Jornada de trabalho desportiva normal de 40 (quarenta) horas semanais.

78

A Lei 9.981, de 1º de julho de 2000, promoveu alterações na redação da Lei 9.615, de 24 de março de 1998, conhecida como Lei Pelé. Uma das alterações está no texto do artigo 11, que apresenta uma definição para o Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro – CDDB. Nesse sentido assinale a alternativa que define o CDDB, de acordo com a legislação.

- (A) É o órgão responsável por planejar, organizar e colocar em prática programas e projetos destinados a incentivar o desporto brasileiro, estando diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte e Turismo (à época não havia separação dos dois Ministérios).
- (B) É o órgão responsável por assessoramento e deliberação de ações vinculadas a atletas, confederações e demais instituições públicas ou privadas de incentivo ao desporto brasileiro.
- (C) É o órgão colegiado de normatização, deliberação e assessoramento de atletas profissionais ou não profissionais vinculados a entidades desportivas sejam elas de caráter público ou privado.
- (D) É o órgão colegiado de normatização, deliberação e assessoramento, diretamente vinculado ao Gabinete do Ministro de Estado do Esporte e Turismo (à época não havia separação dos dois Ministérios).
- (E) É o órgão responsável por planejar, organizar e colocar em prática programas e projetos destinados a incentivar o desporto brasileiro, estando diretamente vinculado ao Gabinete do Presidente da República.

79

O Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Articulação Institucional, instituiu o Sistema Nacional de Cultura (SNC), que fechou o ano de 2011 com a adesão de 782 municípios e 17 estados, segundo balanço apresentado pela Secretaria. Sobre o assunto, avalie as afirmativas a seguir:

- I. O objetivo do Ministério da Cultura com a criação do SNC é propor uma estrutura que integre, articule e organize a gestão cultural, aproximando as três esferas de governo e a sociedade civil. Dessa forma, pretende-se criar uma política de Estado, que não seja afetada nas trocas de governo.
- II. A adesão dos estados e municípios ao Sistema Nacional de Cultura se dá por meio de inscrição dos interessados, após publicação de edital no Diário Oficial da União. Depois de selecionados, os entes federados têm o prazo de um ano para elaborar seus Planos de Cultura, sejam eles estaduais ou municipais, e definir como se dará a constituição e o funcionamento dos componentes do SNC, como Conselho, Plano, Fundo e Sistema de Informações e Indicadores Culturais.
- III. O documento que disserta sobre a estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura, de dezembro de 2011, propõe uma concepção tridimensional da cultura como fundamento da política nacional de cultura, considerando-a, portanto, como simbólica, cidadã e econômica.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (C) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- (E) se nenhuma das afirmativas forem verdadeiras.

80

Os edifícios são a expressão mais clara de um povo. São os exemplos da sua forma de viver, da técnica disponível e de manifestação artística. No Brasil, a defesa desse patrimônio, quando é de interesse nacional, é atribuição da União, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). De acordo com a Constituição Brasileira, cabe também aos Estados e aos Municípios a preservação, em seus respectivos âmbitos. Tanto dos bens de interesse local ou regional como, evidentemente, dos de interesse nacional. Para tanto, assim como acontece em nível federal, também os Estados e muitos Municípios possuem seus próprios órgãos de preservação.

Assinale a opção que complementa corretamente a informação acima:

- (A) Por constituírem criações mais duráveis do que as outras manifestações culturais, muitas vezes obrigando ou incorporando outras artes como a cultura, a pintura, o mobiliário e manifestações de caráter popular, as edificações constituem a grande maioria dos bens tombados, mesmo aqueles que o são apenas pelo seu significado histórico.
- (B) Isso faz com que o número de bens significativos tombados cresça muito e é uma medida de proteção para evitar a descaracterização ou como reconhecimento e fator de destaque do valor excepcional ou histórico dos bens.
- (C) A miscigenação do português com o índio e depois com o negro, as invasões holandesas e francesas, o domínio da coroa espanhola e, mais tarde, a imigração, principalmente italiana, alemã e japonesa, caldeiam culturas diversas para a formação da etnia brasileira. A arquitetura europeia importada (e demais artes) é amorenada por este cruzamento cultural, o que lhe confere, em todos os períodos, uma identidade própria e um tratamento original, que a distingue.
- (D) Os apogeus econômicos ou políticos regionais propiciaram manifestações culturais punjantes (muitas vezes se sobrepondo e eliminando outras anteriores), sendo preservados os conjuntos que, por alguma razão, ficaram à margem do fluxo de novos ciclos de desenvolvimento ao decair o anterior. Também se preservaram edifícios que, por sua própria natureza, mantiveram sua função original inalterada, como igrejas, fortificações e alguns edifícios públicos.
- (E) A ocupação do território se deu ao longo da costa, pela extração da madeira e o cultivo da cana-de-açúcar, e de acordo com as limitações impostas pelo Tratado de Tordesilhas. A direção ao interior foi motivada pelo aprisionamento de índios, em São Paulo, pela criação de gados, na Bahia, pela mineração, em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Atenção! Você está recebendo um caderno de provas de **Desporto e Cultura do Tipo 1 (Branco – 04M1)** para **CONSULTOR LEGISLATIVO – Assessoramento Legislativo**. Portanto, verifique se sua folha de respostas (prova objetiva) também se refere ao Tipo 1 e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
 - ▶ uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - ▶ **se candidato ao cargo de Consultor Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
 - ▶ **se candidato ao cargo de Técnico Legislativo ou Policial Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E), **um tema para desenvolvimento da redação e uma questão discursiva**, ambos com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
 - ▷ **uma folha de textos definitivos** destinada à redação da prova discursiva, com espaço para a transcrição dos dois textos acima citados, com o máximo de **30 (trinta) linhas** cada.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala** para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber os documentos, você deve:
 - ▶ conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ▶ ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e redação da prova discursiva (quando for o caso);
 - ▶ marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu (este campo, contudo, não implica a anulação da prova no caso de sua não marcação);
 - ▶ assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova **não será permitido**:
 - ▶ qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - ▶ levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - ▶ portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. **Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.**
6. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de textos definitivos.
7. O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de textos definitivos por erro do candidato.
8. Na redação da prova discursiva, o candidato ao cargo de **Técnico Legislativo** ou **Policial Legislativo** deverá observar as seguintes regras:
 - ▶ A primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas.
 - ▶ Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida.
 - ▶ Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico (Exemplo: **ERRADO**) e escreva, logo após o trecho riscado, o respectivo texto substituto.
 - ▶ A folha de textos definitivos da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará **ANULAÇÃO** da prova discursiva.
9. O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação dos textos definitivos.
10. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e a redação da folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
11. Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
12. Somente no decorrer dos últimos **60 (sessenta) minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
13. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de textos definitivos e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será **ELIMINADO** do concurso.
14. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
15. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>, no dia subsequente ao da sua realização.
16. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos preliminares das provas deverá fazê-lo da **0h do dia 13 de março de 2012 às 23h59min do dia 14 de março de 2012**, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília-DF, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>.